

A militarização urbana e o equívoco da intervenção federal na segurança pública

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo aborda a impertinência da realização da “intervenção federal” das Forças Armadas no Estado do Rio de Janeiro, por considerar que a mesma não favorecerá a diminuição dos índices de violência, tal como apregoado insistentemente pelos apólogos reacionários da truculência como mecanismo de defesa social. Para a solução do problema da insegurança pública nas cidades brasileiras é imprescindível que ocorra a substituição de governos corruptos mantenedores de interesses alheios aos da sociedade por políticos comprometidos com a justiça e com a dignidade da coisa pública, assim como reformas radicais nas estruturas econômicas, sociais e políticas do Brasil.

Palavras-chave: Militarismo; Violência; Reacionarismo; Segurança Pública.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; professor da FACC-UFRJ.

Uma sociedade dita de insegurança, como a nossa, cada vez mais moldada em diferenças/desigualdades e baseada em noções superadas de dentro e fora, aberto e fechado – na verdade cada vez mais ambíguas, acaba por privar-se dessa efetiva alteridade (HAESBAERT, 2014, p. 102).



Foto: Leo Correa (AP) – Fonte: [El País](#)

Introdução

O governo temerário, não obstante sua falta de probidade, de legitimidade e de moralidade, subsiste horrendamente como uma chaga pútrida na política brasileira, abrindo espaço para uma cloaca de movimentos reacionários que fazem da truculência, da ignorância, do obscurantismo e da necrofilia seus parâmetros ideológicos e suas táticas de atuação. O horror se torna algo naturalizado pela consciência massificada do rebanho que clama por autoridades que a conduzam piamente pelo caminho do sucesso pessoal, ainda que seja necessário esmagar os que pensam de modo diferente. O desastre do projeto golpista da gestão temerária (um consórcio de espoliadores da coisa pública brasileira) dissolve

sistematicamente as conquistas democráticas de nossa história política, promovendo assim a ratificação da barbárie como um glorioso ato criativo. Toda a desordem pública que assola as instituições nacionais decorre do projeto psicopata da cúpula temerária em concretizar na sociedade brasileira a ponte para o passado.

A insegurança pública que amedronta os cidadãos e a ubiquidade da violência mortal são consequências imediatas da corrupção e da incompetência da gestão governamental descomprometida com a organização democrática da sociedade brasileira, assim como da má distribuição de renda que ao fim acaba por degradar as condições de vida de inúmeros cidadãos submetidos ao regime de trabalho alienado. Não é

apenas o poder executivo e toda a casta política nacional descomprometida com a coisa pública a culpada pela miserabilidade das condições de vida na sociedade brasileira, mas também os setores dessa que prosperaram ao longo das eras impunemente às custas dos sacrifícios das massas. O governo temerário, ao cancelar a dita “intervenção federal” na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, em um macabro projeto-piloto a talvez ser implementado em outras unidades da federação, ratifica a militarização do cotidiano e a lógica destruidora do inimigo público que deve ser eliminado em nome da paz social. Esse empreendimento não será bem-sucedido uma vez que visa combater farisaicamente as bases da criminalidade que, de certa maneira, o governo temerário é facilitador/promotor/patrocinador, seja por sua improbidade administrativa, seja por sua incompetência técnica, assim como por sua omissão institucional. Não podemos esquecer também que a manutenção da insegurança pública é um grande instrumento político para manipulação histriônica dos afetos populares, fazendo-a legitimar violações constitucionais em nome de uma possível obtenção de esqualida sensação de segurança para a “população de bem”, imputados como os únicos mercedores desse mecanismo de contenção dos riscos sociais.

A luta reacionária contra os Direitos Humanos

O reacionarismo truculento afirma com sua virulência costumeira que os ativistas dos Direitos Humanos são infames “defensores de bandidos”, não raro igualando-os aos próprios criminosos. As hordas reativas odeiam

não apenas os marginais sociais, mas também os agentes que lutam abnegadamente pelo cumprimento dos direitos constitucionais para todos os cidadãos. Se porventura a chusma reacionária obtivesse plena liberdade para o cumprimento dos seus anseios vingativos contra os seus pretensos inimigos ideológicos, a vida em sociedade seria impossível, pois a barbárie se efetivaria como política legal em todos os seus estamentos, execuções sumárias e linchamentos seriam práticas comuns para estabelecer o padrão asséptico da vida do “cidadão de bem”, idiota, moralista e autocentrado. A tacanhez reacionária não é capaz de reconhecer que os problemas orgânicos da sociedade moderna que geram, dentre tantos males, a violência urbana, decorrem diretamente das injustiças fundadoras dessa mesma estrutura social. Contudo, a visão reacionária, por defender a manutenção dos seus privilégios sociais sobre os interesses multitudinários dos trabalhadores subalternos, dos subempregados, dos favelados, dos desempregados, dos sem-teto, deposita a culpabilidade pela miséria urbana sobre os marginais em conflito com a lei, sem que apresente a honestidade de se reconhecer também como participe desse processo de degradação das relações humanas na ordem social. Muitas riquezas de famílias tradicionais foram erigidas sobre os esforços de assalariados cujas vidas precárias exigiam essa humilhação cotidiana como meio de fuga da fome. Esses assalariados raramente encontram condições materiais para ascensão social na ordem capitalista verticalizada e estruturalmente excludente, e aqueles que conseguiram melhorar suas condições de vida usualmente se tornaram integrados ao ideário burguês

do sucesso, de modo que reproduziram os valores normativos da sociedade de mercado. O hiato criado entre a elite plutocrática e as massas subalternas inevitavelmente explode em uma sociedade marcada pela indiferença axiológica, pelo individualismo consumista, pelo autoritarismo, pela falta de efetiva solidariedade interpessoal, pela legitimidade econômica da exploração laboral que instrumentaliza a vida humana em nome de um mercado autofágico. Conforme argumenta E. R. Zaffaroni,

Enquanto os direitos humanos assinalam um programa realizador de igualdade de direitos de longo alcance, os sistemas penais são instrumentos de consagração ou cristalização da desigualdade de direitos em todas as sociedades. Não é por acaso que os dispositivos dos instrumentos de direitos humanos referentes aos sistemas penais sempre sejam limitadores, demarcadores de fronteiras mais ou menos estritas do seu exercício de poder: fica claro que os direitos humanos se defrontam ali com os fatos que desejam limitar ou conter (ZAFFARONI, 2001, p. 149).

Os Direitos Humanos não são uma invenção de partidos de esquerda, de “comunistas”, como o senso comum reacionário apregoa imbecilmente nos seus discursos inflamados. Na modernidade iluminista e sua axiologia liberal encontramos alguns dos seus marcos fundadores na defesa do ser humano perante toda forma de arbítrio político. A ONU, mediante a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, lançou as bases formais para a consolidação do consenso entre os povos. Em sociedades cujas instituições democráticas são

frágeis a opinião pública, manipulada por demagogos e fascistas, considera que os Direitos Humanos apenas protegem os “bandidos” e não os “cidadãos de bem”, as pretensas verdadeiras vítimas da marginalidade social. Essa disposição reacionária não reconhece o criminoso, sob cujo conceito são agregados indistintamente todos os violadores da lei, como verdadeiro ser humano. A situação curiosa é que, ao desmerecer a letra dos Direitos Humanos e sua atuação, os reacionários é que, de certa maneira, se colocam para além da esfera da condição humana. Não é a passionalidade característica dos reacionários ou sua inteligência idiotizada que promove essa alienação perante a efetividade dos Direitos Humanos, mas sua própria recusa ferrenha em aceitar a legitimidade moral, jurídica e política desse conteúdo que, ao fim e ao cabo, visa preservar a dignidade da vida humana em um modus operandi global que ratifica a decadência geral e a barbárie. Os ativistas dos Direitos Humanos, ao contrário do que postula a ira reacionária, não medem esforços apenas para exigir o devido tratamento justo aos delinquentes, mas também para minorar os sofrimentos existenciais das vítimas e mesmo dos agentes policiais que sucumbem no combate ao crime cotidiano. São os parlamentares cujas agendas políticas enfatizam a importância cidadã da aplicação dos direitos humanos como um instrumento coletivo de garantia da dignidade pessoal que enfrentam as situações adversas pela concretização desses benefícios sociais justos e reparadores, e não os demagogos reacionários mitificados como soluções para a resolução dos problemas políticos nacionais, que apenas se pavoneiam

como baluartes da virtude e da correção moral, mas que na prática são meros oportunistas travestidos de heróis mantenedores das garantias da lei e da ordem e do espírito militarista que conquistam a cada eleição os votos dos seus seguidores fiéis, guias cegos conduzindo outros cegos rumo ao abismo do obscurantismo. Esses parlamentares oportunistas da direita reacionária são meros abutres do dinheiro público.

Militarização da estrutura social

A militarização da sociedade se torna o grande capital político dos governos autoritários comprometidos com a lógica do choque de ordem neoliberal, caracterizada por alinhar um ferrenho conservadorismo em relação ao desenvolvimento da autonomia dos atores sociais e, de forma diametralmente oposta, uma laxidão perniciosa para com os interesses empresariais, representados com todo empenho por esses poderes governamentais promíscuos e corrompidos pelos imperativos financeiros. Muniz Sodré salienta que

A violência terrorista do Estado tecnoburocrático – que converte a nação em alibi ou refém para a montagem de seu sistema de produção e segurança – induz à destruição difusa das massas localizada em atitudes antissociais, focos de criminalidade ou explosões individuais de violência. Esta indução está implícita no descaso para com os investimentos em educação, saúde e geração de empregos (SODRÉ, 2006, p. 102).

A segurança pública é o ponto de pauta de qualquer proposta de governo que pretenda obter sucesso eleitoral em sociedades desprovidas de sólidos paradigmas democráticos, pois o medo

se configura como a paixão determinante da ação (e da inação) do sujeito, despertando os seus instintos protetivos mais reativos na sua luta por sobrevivência em um cenário social marcado pela indiferença e pelo esvaziamento das relações humanas, desprovidas de substancialidade e de alteridade. Esse niilismo é uma peça fundamental para o florescimento do reacionarismo político e dos discursos demagógicos dos salvadores da pátria que libertarão o país do “grande mal”. Bauman argumenta que

O caos é o que há de mais aterrador para as promessas acenadas pela rotina do estabelecido. A sociedade é uma fuga do medo, mas também é o solo fértil desse medo, e dele se alimenta, é dele a garra com que ela nos detém e extrai sua força (BAUMAN, 2011, p. 27).

O mercado mantém uma relação ambivalente com o medo: ao mesmo tempo em que acusa as ameaças da violência marginal de prejudicar a vida dos cidadãos e sua circulação social, sabe convenientemente capitalizar essa sensação fóbica própria da mentalidade paranoica para fomentar alguns setores econômicos que dependem da perpetuação do próprio medo. Segundo Marcos Rolim,

O medo do crime tem sido construído socialmente por muitos fatores. A cobertura exagerada de crimes violentos, por exemplo, acompanhada quase sempre de apelos em favor de respostas “duras” e “urgentes”. Os interesses das empresas de segurança na ampliação de seus mercados e a exploração demagógica da criminalidade e da violência pelo discurso político tem desempenhado papel importante nesse processo (ROLIM, 2006, p. 270).

O que seriam dos planejadores dos shoppings e dos condomínios se o medo fosse erradicado da condição humana? Em termos mais concretos, como um sistema econômico predatório completamente alheio aos princípios da dignidade humana pode prosperar quando as situações de incerteza social são erradicadas? Em uma sociedade progressista capaz de otimizar o bem-estar coletivo de maneira democrática e isonômica a violência diminui o seu ímpeto destrutivo, pois há maior participação popular na construção da ordem pública e no subsequente usufruto dos direitos civis, efetivando-se assim uma sociabilidade horizontalizada, empática e solidária, base de uma política emancipatória democrática agregadora das diferenças. Em uma sociedade que não se constituiu politicamente como uma estrutura democrática autêntica e assim mantém um hiato profundo entre a elite plutocrática e asséptica e uma massa anônima de espoliados, a tendência péssima é de manutenção do vazio político, convenientemente preenchido pelo medo, força motriz do ódio, e assim a barbárie triunfa sobre toda organização propositiva. Segundo Ulrich Beck,

A solidariedade da carência é substituída pela solidariedade do medo. O modelo da sociedade de risco marca, nesse sentido, uma época social na qual a solidariedade por medo emerge e torna-se uma força política (BECK, 2010, p. 60),

Por isso políticos demagogos encontram nos setores reativos e irracionais da sociedade capitalista em erosão econômica e política o respaldo ideológico para a difusão das suas propostas necrófilas, pois a truculência e a imbecilidade substituem argumentos e projetos razoáveis de gestão da coisa

pública para esse clã de devotos das promessas militaristas de construção nacional de um país livre dos efeitos deletérios da corrupção e dos ataques estrangeiros à sua soberania espacial.

O fascismo prospera através da mitificação da realidade repleta de estereótipos que a própria legião estúpida de seguidores aceita como a verdade absoluta, servidão voluntária em tempos sombrios de decadência epistemológica da racionalidade crítica. Esse líder autoritário pretende conduzir a massa social como um rebanho de cordeiros pacificados pela força rumo ao estado de apatia e de anêmica normalidade, inclusive com o apoio moral (e logístico) de um projeto fanático de seitas escatológicas que usurpam as forças produtivas dos seus fiéis para maior enriquecimento dos seus pastores, apelando para manipulações interpretativas dos documentos religiosos para ratificar sua pobreza de espírito como um dado natural, inevitável e soberano. A geração de riqueza desses fiéis, fruto do esforço do seu trabalho exaustivo, somente encontra legitimidade moral se financiar os gastos conspícuos dos seus pastores.

O governo temerário demonstra com precisão o seu antagonismo inato para com a sociedade, jamais hesitando em contrariá-la para atender aos propósitos das castas plutocráticas. Ao capitanear a “intervenção federal” como meio de combate aos desmandos do crime organizado que amedronta o tecido social, o governo temerário estabelece uma luta de morte contra os favelados, os desempregados, os espoliados, todos aqueles que não são vencedores na ordem capitalista totalitária. São os deserdados sociais os que sofrem os efeitos arbitrários das ações violentas

dos aparatos repressivos em seu embate insolúvel contra a criminalidade violenta. As intervenções violentas das forças policiais nunca atingem a carne dos plutocratas. Para Marcos Rolim,

A violência policial, bem como toda atividade estruturada pelo modelo reativo de policiamento, é seletiva. Ela se faz presente quando as vítimas são pobres e humildes; quando os próprios policiais intuem que elas situam-se tão à margem da sociedade que seus eventuais e improváveis protestos não serão ouvidos (ROLIM, 2006, p. 48)

A “intervenção federal” não foi debatida com a pluralidade de setores e de organizações da sociedade civil, mas sim imposta verticalmente pela governança temerária como um procedimento típico da pior tradição autoritária do militarismo, onde ordens são dadas e devem ser cumpridas sem questionamento. Esse procedimento antidemocrático do governo federal demonstra mais uma das suas bravatas reacionárias de violar despudoradamente o bom senso da realidade social. Por mais bem preparada que seja, a intelligentsia militar/policial não é a única conhecedora das contradições sociais e urbanas das grandes cidades brasileiras. O projeto real da “intervenção federal” não é o de promover o aprimoramento substantivo da segurança pública nas regiões estratégicas do Rio de Janeiro, pois para tanto seria imprescindível um diálogo transparente, humilde e aberto com representantes de comunidades, a intelligentsia militar/policial, pesquisadores de diversas perspectivas axiológicas para que se concedesse oportunidade ao contraditório e políticos de fato competentes para a deliberação desse tema. Essa via de mão única no cumprimento da ação de controle revela o descaso

governamental para com os interesses sociais. Conforme Boaventura de Sousa Santos,

A democracia, enquanto gramática social e acordo de convivência cidadã, desaparece para dar lugar à democracia instrumental, a democracia tolerada enquanto serve aos interesses de quem tem poder econômico e social para tanto (SANTOS, 2016, p. 22).

A “intervenção federal” está completamente alinhada ao dispositivo espetacular, na qual as sensações e os efeitos são mais relevantes do que o planejamento estratégico e a efetividade dos acontecimentos. Uma vez que as classes dominantes são as responsáveis pela degradação da coisa pública brasileira, e a “intervenção federal” não prejudica os seus interesses nem modifica as bases econômicas dos seus privilégios, não podemos esperar mudanças significativas no quadro da insegurança pública nos grandes centros urbanos brasileiros ocupados pelas forças armadas. A “intervenção federal” pretende apenas transmitir para a população brasileira acuada pelo medo a falsa narrativa de que o poder executivo está se esforçando para dissolver as bases da criminalidade violenta endêmica no território nacional, pois esse medo é fundamental para a sobrevivência do governo temerário em seu estúpido projeto eleitoral. Não basta ocupar as ruas com tanques e fuzis, em uma apresentação narcisista do arsenal militar das forças armadas para agradar seus adoradores e assim fomentar uma sensação artificial de presença do Estado na construção segura e harmoniosa da vida social. Para se suprimir a “criminalidade violenta” não se pode apenas combater seus efeitos mais evidentes, amplamente divulgados nas mídias, pois assim

apenas se elimina as partes mais afastadas do poder central de onde nascem as ordens criminosas mais ameaçadoras do bem-estar social. Segundo José Augusto Lindgren Alves,

A criminalidade comum realmente não tem estereótipos de localização privilegiada. Mas tanto nas sociedades ricas, como nas emergentes, é vista de forma reducionista como “coisa de pobres”, desconsiderando-se como irrelevante o fato de serem eles também as vítimas mais numerosas. Desconsideram-se também como menos ameaçadores os crimes de “colarinho branco”, não obstante o raio incomparavelmente maior de seu alcance (ALVES, 2005, p. 27, nota 10)

O crime organizado não se encontra nas favelas, nas periferias, nos bairros pobres e precários, mas nas coberturas dos localizadas nas zonas nobres das grandes cidades e nos gabinetes dos governantes e parlamentares que atuam descaradamente como representantes engravatados da corrupção e negociatas ilícitas. As cúpulas dos partidos fisiológicos que somente contribuem para a dissolução da democracia brasileira são operadas por mafiosos. O mesmo se aplica aos escritórios das megaempresas e suas constantes violações das leis em nome dos seus interesses financeiros escusos. A “intervenção federal” é reacionária pois apenas quer esmagar a ponta da lança do sistema injusto de nosso capitalismo predatório, e não suas bases fundadoras atreladas aos plutocratas, assépticos na aparência, mas mergulhados no lodo da espoliação social. Para E.R. Zaffaroni,

Em razão da seletividade letal do sistema penal e da conseqüente impunidade das pessoas que não lhe são vulneráveis, deve admitir-se

que seu exercício de poder dirige-se à contenção de grupos bem determinados e não à “repressão do delito” (ZAFFARONI, 2001, p. 40).

Uma gestão pública eficiente, proba e comprometida com os fundamentos democráticos promoveria regulações estatais rigorosas que impediram a má distribuição de renda, combateria a supressão deliberada das oportunidades decentes de trabalho, lutaria contra o descumprimento das obrigações fiscais das empresas, fomentando ainda a aplicação das verbas públicas nos setores basilares da sociedade (escolas, hospitais, saneamento básico, centros de assistência) de modo a melhorar as condições vitais dos cidadãos, promovendo-lhes senso de cidadania, dignidade, confiança e espírito republicano de solidariedade. Conforme Naomi Klein,

Se há uma lição a ser aprendida, é a de que a segurança real não pode ter cordões de isolamento. Está entremeada em nosso tecido social mais básico, dos correios à emergência de um hospital, do metrô aos reservatórios de água, das escolas à fiscalização de alimentos (KLEIN, 2003, p. 167).

Enquanto permanecer o modelo injusto de tributação que espolia as classes trabalhadoras e beneficia a elite plutocrática, enquanto as condições laborais da grande massa social forem precárias e insalubres, enquanto os benefícios privados se sobreporem aos interesses públicos, será impossível se desenvolver uma organização social coesa e progressista, tornando-se inevitável assim a insurgência de conflitos internos, para mal-estar dos seráficos cidadãos que desejam viver em paz social sem que façam qualquer esforço considerável para promover o bem comum. Nessas condições, a

rapinagem plutocrática é absolutamente responsável pela perpetuação da violência urbana, nascendo justamente do topo da pirâmide os males que usualmente afetam os setores mais vulneráveis da estrutura social. David Garland afirma que

O aproveitamento continuado de liberdades pessoais baseadas no mercado depende dos apertados controles de grupos excluídos, aos quais não se pode confiar tais liberdades. Enquanto os criminosos e beneficiários forem retratados como o “outro” e como responsáveis por seu próprio infortúnio, oferecem-se oportunidades para que as classes dominantes imponham controles rígidos sem abrir mão das suas próprias liberdades. Em contraste com um controle social solidário, no qual todos abrem mão de certa parcela de liberdade pessoal para a finalidade de promover o bem-estar coletivo, o individualismo de mercado, consiste na liberdade de alguns amparada na exclusão e no rígido controle de outros (GARLAND, 2008, p. 420).

Como uma governança ilegítima, corrupta e desprovida de credibilidade pode se arrogar lutar contra a criminalidade, se ela própria é também praticante de outros gêneros de crimes, muitas vezes consortes daqueles que combatem tão enfaticamente nas ações policiais? São os agentes políticos do clube temerário incrustados no poder federal e nos governos estaduais corruptos e ineptos os verdadeiros responsáveis pela violência endêmica que assola o tecido social brasileiro. É necessário que se investigue minuciosamente a relação promíscua entre as elites políticas conservadoras e os diversos segmentos do dito crime

organizado, que encontra na estrutura parlamentar guarida para suas ações.

A lógica do mercado é totalitária na submissão do governo e da estrutura do Estado ao dispositivo neoliberal. Se o desenvolvimento econômico vai bem todos os crimes de corrupção, improbidade administrativa e afins são permitidos, pois o que importa, nessa concepção plutocrática da realidade, é promover o crescimento financeiro do empresariado, com parques dividendos públicos para a sociedade. Com efeito, os lucros são de poucos e os prejuízos do povo como um todo, precarizado, violentado, silenciado. Vladimir Safatle argumenta que

Nunca a economia apareceu de forma tão evidente como aquilo que ela sempre foi: um modo de gestão social, modo de organização disciplinar das minhas vontades, do meu tempo, das minhas atividades e cuja força não vem do que ela seria capaz de realizar, mas do medo que é capaz de gerir (SAFATLE, 2017, p. 124).

O governo temerário, em seu projeto de destruição da nação brasileira, através da famigerada “intervenção federal” que apregoa coibir a insurgência do crime organizado nos pontos nevrálgicos do território fluminense, local de experimento para essa experiência perigosa, na verdade ratifica o seu antagonismo para com toda a sociedade brasileira, processo tenebroso em que esta é eleita, sub-repticiamente, como a inimiga dessa gestão necrófila e tecnocrática. O veneno do fascismo está inoculado na sociedade brasileira, e suas características essenciais são o irracionalismo, a apologia da truculência, a glorificação acéfala do militarismo, o estabelecimento maniqueísta do grande inimigo a ser

aniquilado, a negação da consciência dialética, a instrumentalização do medo como forma de manipulação afetiva dos ignorantes. O fascismo é incompatível com o esclarecimento, com a racionalidade crítica, com a divergência, com o contraditório. Apesar de apelar demagogicamente pelo apoio das massas subalternas para a realização das suas obras criminosas, o poder fascista apenas instrumentaliza a ação popular para manter a ordem social conservadora incólume, sem qualquer transformação significativa para o progresso humano.

O projeto de poder do governo temerário em subsistir sordidamente após uma sucessão de escândalos antirrepublicanos e manobras políticas horrendamente discutíveis atira aos leões uma corporação que granjeia admiração e mantém sua legitimidade de muitos segmentos da sociedade brasileira, que acredita na capacidade de a intervenção militar sanar o problema da insegurança pública do Estado do Rio de Janeiro, em especial sua região metropolitana, servindo assim de exemplo para os demais estados. Os danos causados à imagem das forças armadas brasileiras, em especial ao exército, em caso de fracasso no projeto de intervenção federal em favor da efetivação da segurança pública fluminense poderão gerar para grande parcela da população uma descrença abismal no futuro das organizações brasileiras no porvir, cedendo espaço para ainda mais outras expressões doentias de extremismos reacionários.

As viúvas saudosas dos corruptos regimes militares acreditam que as forças armadas são a guarda incondicional da soberania nacional, da probidade e da lei, e que assim são as instâncias mais capacitadas para

comandar o poder executivo, violando todas as bases constitucionais. Essas pessoas se esquecem de que foi justamente na famigerada Ditadura Militar Brasileira ocorreram os maiores atos corruptos nas instâncias do poder, inclusive pela falta de transparência e fiscalização das ações governamentais em decorrência da censura tenebrosa que se exercia sobre a sociedade. Os militares do período ditatorial não foram os nobres combatentes que lutaram contra o “terrorismo”, mas os fomentadores do mesmo, pois foi essa casta autoritária e intransigente a culpada pelo regresso sócio-político brasileiro. Graças ao apoio financeiro e logístico do capital imperialista, os militares estabeleceram no Brasil um regime necrófilo de destruição da diferença encarnada na luta de morte contra os defensores da democracia social, contra os comunistas, contra os vermelhos, os subversivos, e assim cancelaram a difícil construção democrática em nossa verticalizada estruturação social, desde os tempos coloniais regida pelo autoritarismo do nome, do conchavo, do compadrio. Ora, como em qualquer corporação ou organização, nos estamentos militares se encontram pessoas de todos os tipos de caracteres. Mas defender a moralidade como valor universal dos membros das forças armadas é um erro crasso, pois nem todos são efetivos cumpridores dos princípios republicanos. A nível técnico, somente uma elite de oficiais talvez apresente estofos para desempenhar funções de alta complexidade gerencial e jurídica para tentar solucionar (a longo prazo) o problema da insegurança pública e da violência perpetrada pelo dito crime organizado na sociedade brasileira, mas para tal objetivo é imprescindível que esses estamentos superiores das forças

armadas se aproximem dos setores civis da sociedade brasileira dedicados aos estudos e ações concretas para o planejamento e reforma das condições precárias que prejudicam a emancipação sociopolítica de grandes parcelas da população brasileira. Para José Augusto Lindgren Alves,

Segurança é algo pouco contemplado e praticamente inexistente para quem, por exemplo, vive na miséria; ou, sendo miserável ou não, vive em área dominada pelo crime; ou, ainda, simplesmente circula em megalópole anômica de sociedade injusta. Isso sem falar dos casos em que as ameaças à segurança da população advêm do próprio Estado na forma de políticas atentatórias aos Direitos Humanos (ALVES, 2005, nota 1 da p.167)

A gestão de segurança pública brasileira, influenciada pelo reacionarismo militarista, chancela uma visão maniqueísta da sociedade e dos atores urbanos, em uma rígida fronteira identitária entre o “nós” e os “outros”, esses encarnados como a escória pública, os marginais, os ratos, os “terroristas”, os violadores da “ordem divina”. A grande guerra não ocorre contra os inimigos externos da liberdade, ela é transposta para as ruas e para os espaços degradados do tecido urbano em uma paranoica acusação dos tipos humanos divergentes como os vermes destruidores da ordem, e cabe aos aparatos policiais combaterem o inimigo interno que ameaça a tranquilidade dos “cidadãos de bem”, isto é, dos “cidadãos de bens”, as distintas figuras que, boas consumidoras (ainda que usualmente corruptas e descumpridoras dos seus deveres sociais), não podem jamais sofrer prejuízos e incômodos contingentes em

sua narcísica vivência idiotizada. De acordo com Armando Silva

Onde há mais mecanismos de segurança ostensivos há mais medo potencial para desenvolver os medos: esse é o paradoxo da máquina paranoica imparável que se alimenta a si mesma. A luta contra o terrorismo, que produz, por sua vez, o máximo de terror. O medo torna visível a possibilidade de ser assaltado e agita o coração (SILVA, 2014, p. 71-72).

No imaginário elitista (asséptico e arrogante), as favelas são não apenas lugares feios e pobres, mas também o depósito dos criminosos e da massa humana promíscua e difusa que se confunde totalmente com aqueles, de modo que todos são assim merecedores da punição policial. Com efeito, o reacionarismo das classes dominantes percebe nos pobres a condição de potenciais criminosos, como se os locais onde vivem as massas assalariadas e espoliadas fossem determinantes naturais para sua oposição aos dispositivos legais. Conforme apontado por Bauman,

Cada vez mais, ser pobre é encarado como um crime; empobrecer, como o produto de predisposições ou intenções criminosas – abuso de álcool, jogos de azar, drogas, vadiagem e vagabundagem. Os pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado (BAUMAN, 1998, p. 59).

Por isso ocorre a exigência de ocupação das favelas e bairros desprovidos de infraestrutura, pois suas condições topográficas precárias tornariam propícias as insurgências violentas da criminalidade. Essa visão rasa, desprovida de dialeticidade, não

compreende as contradições políticas, históricas, econômicas e ideológicas que moldam o desenvolvimento da estrutura social da metrópole, desprovida desde suas origens de um projeto de integração humana pautada pela justiça, pela solidariedade, pelo empenho em se garantir bem-estar social para os seus cidadãos. As elites são responsáveis por cada morte que ocorre nas favelas, pois sempre empreenderam as mais vis táticas para repelir o contato com os economicamente inviáveis, que nem mesmo o direito ao existir possuem nos tempos bárbaros de espoliação neoliberal. Os escravos alforriados apenas receberam liberdade formal, não a liberdade econômica de desenvolverem um modo de vida autônomo ou mesmo de se colocaram para além da lógica do capital. A necrofilia elitista estigmatiza moralmente os favelados por sua condição de miserabilidade, apresentando uma falsa narrativa da realidade segundo a qual preguiça, a ociosidade, a falta de empenho e de disciplina desses anônimos são os responsáveis por sua pobreza estruturante. No entanto, são os plutocratas, detentores dos meios de produção, que reproduzem as condições de precariedade material dos pobres, pois a exploração laboral por um salário de fome degrada a massa trabalhadora e lhe impede de conquistar, nas condições brutais do sistema capitalista, a qualidade de vida conveniente para o florescimento de uma existência digna e segura. Para essa elite antissocial, não basta usar e esgotar as energias laborais dos seus servidores, mas também mantê-los em regime de controle contínuo em seus espaços residenciais monitorados pelas forças militares de repressão.

Considerações finais

A “intervenção federal” imposta pelo governo temerário está em aberto, mas algumas certezas existem: sua meta não é suprimir a criminalidade dos grandes centros urbanos brasileiros, mas regulá-la conforme seu oportuno uso eleitoral pelos associados do governo temerário. A simples implementação dos aparatos bélicos nas zonas de controle e toda a logística dessas operações táticas exigem mais dispêndios financeiros vultuosos, o que prejudica ainda mais os cofres públicos já depauperados por tantos usos indébitos do governo temerário em sua tentativa de sobreviver politicamente. A população atraída pelas imagens fantásticas das explosões e das balas traçantes acredita em soluções rápidas para enfim se encontrar liberta dos efeitos deletérios da violência marginal, mas se decepcionará pela ineficiência do poder estatal em garantir esses resultados positivos, pois não interessa aos construtores da “ponte para o passado” promover essa conquista social. Mais uma vez, insisto que não é possível que se organize a segurança pública das cidades brasileiras de uma maneira satisfatória sem que antes se elimine das estruturas políticas e jurídicas, em todas as suas instâncias, indivíduos e organizações que prosperam mediante corrupção, improbidade e acordos criminosos. Quando sabemos que muitos agentes da lei, das forças policiais e das forças armadas são promíscuos com narcotraficantes, milicianos e outros segmentos criminosos, que legitimidade se pode esperar da ação repressiva das forças de segurança para a ansiada manutenção da ordem pública?

Referências

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna**. Trad. de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Trad. de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KLEIN, Naomi. **Cercas e Janelas**. Trad. de Rytta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Oxford: University of Oxford, 2006.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SILVA, Armando. **Imaginários, estranhamentos urbanos**. Trad. de Carmen Ferrer. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2014.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2006.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Trad. de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2001.